

O QUE É UMA AUTORA? REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA FEMININA NO CAMPO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO ANTES DE 1822

Vanda Anastácio
(Universidade de Lisboa)

RESUMO

Partindo das formulações teóricas de Michel Foucault e de Roger Chartier sobre o conceito de autoria, este artigo procura repensar esse mesmo conceito a partir da realidade da escrita das mulheres no espaço lusófono anterior à introdução da Imprensa no Brasil. A análise do campo literário luso-brasileiro do período colonial, dos modos de circulação dos textos, da vigilância exercida sobre eles pelos vários poderes (eclesiástico, político, administrativo) bem como a observação do modo como essa vigilância era contornada ou iludida indicam que, no caso luso-brasileiro, faz mais sentido recorrer a modelos teóricos que propõem uma visão dinâmica do espaço social, como os de Pierre Bourdieu ou de Itamar Even-Zohar.

PALAVRAS-CHAVE: autoria feminina, Brasil colônia, campo literário, Bourdieu, Even-Zohar.

A questão: “o que é uma autora?” evoca, necessariamente, a pergunta “o que é um autor?” (*Qu'est-ce qu'un auteur?*) colocada pela *Société française de Philosophie* (Sociedade Francesa de Filosofia) a dois célebres pensadores cujas respostas fizeram escola. Refiro-me a Michel Foucault e a Roger Chartier. O modo como cada um deles lhe respondeu, com cerca de trinta anos de intervalo, pode servir de ponto de partida para a reflexão que procuraremos aqui desenvolver¹.

Em 1969, continuando, de certo modo, a discussão iniciada no ano anterior por Roland Barthes (num trabalho em que este último declarara a morte do Autor²), Foucault postulava a existência de uma *função* chamada *autor*, que ele considerava “característica do modo de existência, circulação e funcionamento de certos ‘discursos’ numa dada sociedade”³. Este postulado permitiu-lhe chamar a atenção para a existência de uma distância entre o sujeito de um texto e o seu autor, e sublinhar o modo como o nome de um autor, ou a sua reputação podem condicionar a leitura dos textos que lhe são atribuídos. Falando em termos gerais, mas tendo em mente a realidade cultural francesa, Foucault datou a emergência dessa *função-autor* dos finais do século XVIII e inícios do século XIX, e associou-a às novas regras do sistema de propriedade na sociedade burguesa, à certificação de certos discursos, e à sua «apropriação penal” (a expressão foi usada mais tarde por Chartier) pela censura. Na hipótese proposta por Foucault, a necessidade e as consequências dessa *função-autor* variariam conforme se tratasse de discursos “literários” ou de discursos “científicos”: seria essencial para ler os primeiros, mas nem sempre seria relevante para a recepção dos segundos.

Quando, no ano 2000, Roger Chartier respondeu à mesma pergunta, no mesmo local, reteve a ideia da *função-autor*, mas tentou inseri-la numa abordagem histórica mais precisa, confrontando a proposta teórica de Foucault com factos relacionados com os privilégios dos livreiros, com o aparecimento da noção de propriedade literária, com a invenção do *copyright*, com a emergência do conceito valorativo de “originalidade” e com a associação da *função-autor* aos textos impressos.

Através desta reflexão, Chartier pôde redefinir os pressupostos de Foucault e integrar o conceito de propriedade autoral no sistema de privilégios concedidos a impressores e livreiros (do qual emergiu a noção de *copyright*) e a ter em conta os modelos aristocráticos de validação da produção científica e literária. Por um lado, Roger Chartier chamou a atenção para o facto de, no período que decorre entre os séculos XII e XVIII, o nome do mecenas de uma obra ter tido muitas vezes uma função legitimadora semelhante à do nome do autor, especialmente no caso dos textos científicos. Por outro lado, recordou o peso conferido ao nome do autor nos índices inquisitoriais de livros proibidos, considerando que estes prefigurariam a *função-autor*. De facto, Chartier propõe a existência de modalidades de autoria que não se encontram necessariamente associadas à impressão das obras, e refere-se à existência de uma *função-autor* que não assenta na economia de

mercado mas, antes, nos valores aristocráticos do desinteresse material (aquilo a que Pierre Bourdieu chamará a “economia dos bens simbólicos”). Estas reflexões levaram o pesquisador francês a concluir que a “genealogia da ‘função-autor’ para os textos literários é muito mais extensa do que havia sido sugerido por Foucault”⁴.

Quer as opiniões de Michel Foucault, quer a sua refutação parcial por Roger Chartier podem ajudar-nos a pensar e a caracterizar a autoria feminina, pelo facto de trazerem à luz duas ideias fundamentais:

em primeiro lugar, que a *função-autor* é um conceito de longa duração na História da transmissão textual e é determinada histórica e socialmente;

em segundo lugar, que existem diferentes modalidades de autoria, pelo que a sua definição não se encontra necessariamente dependente da publicação de textos por meio da imprensa.

Gostaria de sublinhar estes dois aspectos porque eles nos permitem escapar do quadro de uma conjuntura particular – como seria, por exemplo, o das relações entre os autores e o mercado livreiro em França no século XVIII – e deslocar-nos no tempo e no espaço para observar os modos como a autoria pôde ou pode ser construída numa dada sociedade num determinado momento. Para esse efeito, parece mais produtivo recorrer a modelos teóricos dinâmicos de base sociológica como os de Pierre Bourdieu ou de Itamar Even-Zohar, que relacionam os fenómenos literários com diferentes áreas da vida cultural, bem como com as forças de atracção ou de repulsa entre grupos e indivíduos competindo por um mercado no qual circulam simultaneamente bens simbólicos e bens materiais, dado que estes modelos teóricos permitem dar conta do tipo de estratégias adoptado por autores de diferentes culturas em diferentes épocas.

Nesta ordem de ideias, poderíamos dizer que um autor é todo aquele que numa determinada sociedade é considerado como tal, num momento dado, independentemente da sua relação com a imprensa e com o mercado livreiro, ou da dimensão numérica do seu público leitor. Isso implica, evidentemente, partir do princípio de que nem os textos, nem os nomes dos seus autores têm qualquer valor intrínseco: elementos como a apreciação literária ou a reputação do autor também são entendidos como construções sociais relacionadas com as várias configurações do espaço social e sujeitas à interferência dos poderes institucionais (político, eclesiástico, académico, económico, etc.) Assim sendo, talvez devêssemos reformular a nossa pergunta inicial e, em vez

de perguntar: “o que é uma autora?” ou “o que é uma escritora?” perguntar: “O que é ou quem é autora ou escritora num dado tempo e numa dada sociedade?”

Por exemplo, no campo cultural luso-brasileiro da segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX, é possível identificar a presença activa de homens e mulheres que gozavam do estatuto de autor, mas que recorreram, para o adquirir e consolidar, a estratégias diversificadas de legitimação, de consagração e de visibilidade social.

A leitura das fontes contemporâneas permite dar conta, com efeito, da presença activa de um número relevante de mulheres, em cidades tão afastadas como Ouro Preto e Lisboa, que eram reconhecidas como autoras pela elite cultivada. Este reconhecimento não estava associado, nem à publicação impressa das suas obras, nem ao retorno financeiro que estas senhoras poderiam obter com a venda destas, nem ao facto de essas escritoras estarem afiliadas a qualquer sociedade erudita ou instituição oficial. Trata-se geralmente de mulheres originárias da aristocracia ou da alta burguesia mercantil que na maior parte dos casos não tiveram acesso a uma educação formal, mas estudaram em ambiente doméstico, com professores particulares e prosseguiram depois os seus estudos de forma autodidacta. Na disseminação da sua produção textual recorreram a um, a alguns ou a todos os modos de difusão disponíveis na sociedade do tempo: a leitura em voz alta em círculos de intelectuais (em assembleias, outeiros conventuais e, em muito menor escala do que no caso de autores masculinos, em academias), a distribuição de cópias manuscritas e a imprensa.

Dadas as características do campo cultural luso-brasileiro, em que o acesso à tipografia se encontrava muito condicionado por políticas estatais centralizadoras e pela Censura e estava muito dependente de um mecenato com estreitas ligações à Corte, a maior parte das obras impressas no período de que aqui nos ocupamos (antes de 1822) corresponde quer a textos de circunstância destinados ao louvor e à celebração ocasional das efemérides da monarquia, quer a obras que tinham circulado já anteriormente em manuscrito. Note-se que, apesar de ter existido um sistema de privilégios concedidos aos impressores e aos livreiros desde o século XVI, em Portugal e no Brasil a discussão acerca dos direitos de autor é um fenómeno datável apenas dos meados do século XIX. Uma vez que a fragilidade do mercado editorial tornava a profissionalização da actividade de escrita quase impossível de alcançar, os autores luso-brasileiros deste período vi-

viam na dependência de protectores e de mecenas ligados ao poder político.

A vitalidade da circulação manuscrita neste sistema não pode ser escamoteada, pois permitia a disseminação rápida de textos de modo discreto, rápido e relativamente controlado entre grupos de leitores seleccionados. Numa sociedade vigiada, em que facções politicamente opostas procuravam conquistar apoiantes e na qual sectores representativos da população ofereciam resistência surda às determinações do Estado absoluto, a existência de sociabilidades como as sessões das academias, os outeiros e as assembleias permitiu a constituição de redes de intelectuais que espalhavam as suas produções escritas por vários círculos. Pertencer a uma certa academia, frequentar os outeiros de certos conventos, ou participar nas assembleias organizadas em casa de certas senhoras eram sinais de distinção e equivaliam a uma certificação de talento. O prestígio de muitos poetas que foram mencionados elogiosamente pelos seus contemporâneos, mas não publicaram as suas obras em vida foi adquirido deste modo⁵. No caso dos autores masculinos essa circulação servia, também, para garantir a visibilidade necessária à obtenção de patrocínios e de subscritores para a publicação impressa⁶.

A mesma estratégia serviu os interesses das mulheres. A existência destes modos aparentemente “privados” de difundir textos permitiu-lhes adquirir a reputação de *autoras* em contexto laico, sem sair do espaço considerado “doméstico” e sem entrar em conflito aberto com as exigências de modéstia, virtude e recato impostas na época às senhoras das classes mais elevadas no mundo luso-brasileiro. A reputação adquirida nestes ambientes forneceu a algumas uma base de apoio para a publicação das suas obras. Porém, no momento de seleccionar o que divulgar pela imprensa, estas preferiram apresentar ao público textos consentâneos com a imagem de seriedade e virtude mais consentâneo com os modelos epocais de respeitabilidade no feminino: traduções, textos de carácter didáctico ou edificante. A existência de alguma produção impressa de autoria feminina não deve fazer esquecer a esmagadora proporção de textos escritos por mulheres que circularam manuscritos. A natureza ambígua destas obras, nem completamente privadas, nem declaradamente públicas, foi intencionalmente explorada por muitas escritoras. Permitiu-lhes, por exemplo, assumir posturas ideológicas e intervir, de modo discreto mas eficaz, a nível político, jogando com artificios autorais como os pseudónimos ou as iniciais, que ocultavam a sua verdadeira identidade do público, mas eram decifráveis por leitores privilegiados.

Para concluir, gostaria de responder à pergunta a que, parece-me, estas verificações nos conduzem: ou seja, num campo cultural com estas características, como poderemos concluir que uma mulher que escrevia era como encarada como autora?

Responderei que a existência da *função-autor* de que falava Foucault é especialmente visível neste universo, através dos diferentes mecanismos usados pelos escritores e intelectuais para aludirem aos textos dos seus pares. Refiro-me à utilização de textos de mulheres com a função de epígrafes, à sua citação, à sua retoma em motes para glosar, ou como ponto de partida para imitações, adaptações, etc. Sublinhe-se que, no contexto histórico-cultural a que nos referimos, a preservação de um número muito elevado de cópias de textos de autoria feminina pode (deve) ser entendida como um sinal da sua aceitação, da sua circulação e, indirectamente, da sua popularidade junto dos leitores.

À laia de conclusão, sublinharei que, para estudar as autoras de língua portuguesa que viveram e escreveram antes de 1822 (tal como para estudar a História da presença das Mulheres no campo intelectual) é fundamental olhar para os bastidores e tentar ver aquilo que o discurso oficial e escondeu. Fontes como a correspondência, os diários, as memórias e até os processos inquisitoriais ou os arquivos das instâncias encarregadas de vigiar a circulação dos objectos impressos no espaço imperial são especialmente ricos em informação. Ao contrário do que possa parecer, o mais difícil é encontrá-las nos manuais de história literária.

ABSTRACT

Starting from a discussion of the concept of authorship by Michel Foucault and Roger Chartier, this paper reexamines this concept taking as a starting point the reality of women's writing in the lusophone space before the introduction of the printing press in Brazil. The analysis of the Portuguese-brazilian literary field of the colonial period, the exam of the ways texts were disseminated and circulated and of the surveillance various powers exerted upon them as well as of the ways in which authors managed to evade this surveillance indicate that, for the luso-brazilian case it may make more sense to take into account theoretical models proposing a dynamic vision of the social space, like Pierre Bourdieu's or Itamar Even-Zohar's.

KEYWORDS: female authorship, Colonial Brazil, literary field, Bourdieu, Even-Zohar.

REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Vanda. "Mulheres varonis e interesses domésticos: reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVIII para o século XIX". *Cartographies. Mélanges offerts à Maria Alzira Seir*. Lisboa: Universidade de Lisboa /Faculdade de Letras, 2005, p. 537-556.

LETURIO, Baranda Nieves. *Cortejo a lo prohibido. Lectoras y escritoras en la España Modern*. Madrid: Arco/Libros, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Le champ littéraire. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 89, 1991, p. 4-46.

_____. *Les règles de l'art. Structure et genèse du champ littéraire*. Paris : Ed. Seuil, 1992.

ALVAREZ, Bouza Fernando. "Espacios del manuscrito en la Europa Altomoderna". In: VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (org.). *Os espaços de sociabilidade na Ibero-America (secs. XVI-XIX)*. Lisboa: Colibri, 2004, p. 189-203.

- BROUARD-ARENS, Isabelle. Trajectoires de femmes, éthique et projet auctorial, Mme de Lambert, Mme d'Epinau, Mme de Genlis. *Eighteenth Century Studies*, nº 36, 2004, p. 189-196.
- BURKE, Seán (ed.). *The Death and Return of the Author. Criticism and Subjectivity in Barthes, Foucault and Derrida*. 2nd ed., Edinburgh: Edinburgh University Press, 1998.
- CASANOVA, Pascale, "Consécration et accumulation de capital littéraire" *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 144, nº 1, p. 7-20.
- CHARTIER, Roger. "Por uma sociologia histórica das práticas culturais". A história cultural entre práticas e representações, 2^a ed., Lisboa: Difel, 1992.
- _____. Qu'est-ce qu'un auteur? Révision d'une généalogie. *Bulletin de la société française de Philosophie*. Paris: Vrin, année 94, nº 4, Octobre-December, 2000.
- EGER, Elizabeth et alii. "Introduction: women, writing and representation". In: _____. (eds.) *Women, Writing and the Public Sphere, 1700-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 1-23.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. The literary system. *Poetics Today*. nº 11, vol. 1, Spring 1990, p. 27-44 (também disponível em: <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf>)
- FELDMAN, Paula R.. Women Poets and Anonymity in the Romantic Era. *New Literary History*, vol. 33, nº 2, Spring 2002, p. 279-289.
- GONDA, Caroline. "Misses, Murderesses and Magdalens: women in the public eye". In: EGER, Elizabeth et alii (eds). *Women, Writing and the Public Sphere, 1700-1830*. Cambridge University Press, 2006, p. 53-71.
- GONZALEZ DE LA PEÑA, Maria del Val (ed.). *Mujer y Cultura escrita. Del mito al siglo XX*. Gijón: Ediciones Trea, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? *Dits et Ecrits*, vol. I (1954-1969), Paris: Gallimard, 1994, p. 789-820.
- JOUHAUD, Christian. Histoire et histoire littéraire: naissance de l'écrivain (note critique). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. vol. 43, nº 4, Année 1988, p. 849-866.
- _____. Présentation. *Annales. Histoire, Sciences Sociale*. vol. 49, nº 2, p. 271-276.
- JOUHAUD, Christian & VIALA, Alain (eds.). *De la Publication entre Renaissance et Lumières*. Paris: Fayard, 2002.
- KLEIN, Lawrence E.. Gender and the Public/Private Distinction in the Eighteenth Century: Some questions about Evidence and Analytic Procedure. *Eighteen Century Studies*, 29, 1995, p. 97-109.

- LANDES, Joan. "The Public and the Private Sphere: A Feminist Reconsideration". MEEHAN (ed.), *Feminists Read Habermas*, p. 91-116.
- LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Dissertação de Doutoramento policopiada, Lisboa: FLUL, 1995.
- _____. "A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime". In: Maria da Graça A. Mateus VENTURA (org.). *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América* (secs. XVI-XIX). Lisboa: Colibri, 2004, p. 95-120.
- RUIZ PÉREZ, Pedro. "El concepto de autoria en el contexto editorial". In: Baranda, Nieves (coord.). *Historia de la edición y de la lectura en España*. Madrid: Fundación German Sanchez Ruiperez, 2003, p. 66-74.
- SAN MARTIN, Monique. Les "femmes écrivains" et le champ littéraire. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 83, n° 1, Année 1990, p. 52-56.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1988.
- VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Minuit, 1985.

NOTAS

¹ Michel Foucault "Qu'est-ce qu'un auteur?". In: *Dits et Ecrits*, vol. I (1954-1969), Paris: Gallimard, 1994, p. 789-820; Roger Chartier, *Qu'est-ce qu'un auteur? Révision d'une généalogie*, *Bulletin de la Société française de Philosophie*, Paris, Vrin, t. XCIV, n° 4, Octobre-Décembre 2000, p. 1-37.

² Roland Barthes, "La mort de l'auteur". *Le bruissement de la langue*. Paris : Seuil, 1984, p. 61-67 (1st edition 1968 in the journal *Poétique*)

³ Michel Foucault (*Idem*, p. 263) "la fonction auteur est caractéristique du mode d'existence, de circulation et de fonctionnement de certains discours à l'intérieur d'une société."

⁴ Roger Chartier, escreve, por exemplo (*Idem*, p. 22) : "Donc, d'un côté, la généalogie de la fonction auteur pour les texts littéraires est de beaucoup plus longue durée que celle que Foucault nous a suggérée, et dans cette généalogie de longue durée, on ne peut pas mettre en jeu uniquement l'ordre du discours, mais aussi l'ordre des livres [...]"

⁵ Entre eles contam-se, por exemplo Francisco Joaquim Bingre (1765-1856), Domingos Maximiano Torres (1748-1810), Joaquim Severino Ferraz de Campos (1760?-1813?), Luis Correia da França e Amaral (1725-1808), etc.

⁶ O exemplo mais óbvio deste procedimento é Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805) que obteve tal reputação pela sua presença nos salões lisboetas que a sua obra foi publicada graças à subscrição de um impressionante conjunto de membros das mais prestigiadas famílias aristocráticas e burguesas do tempo.

Data de recebimento: 30 de março de 2011

Data de aprovação: 15 de junho de 2011